



COMEMORAÇÃO: Sindicato dos Vigilantes de Rondônia e vigilantes agradecem Jair Montes pela renovação do contrato

O sindicato dos vigilantes tem motivos de sobra para comemorar



FOTO: (Assessoria)

O sindicato dos vigilantes de Rondônia tem motivos de sobra para comemorar. A prefeitura de Porto Velho renovou o contrato com as duas empresas que prestam serviço à prefeitura fazendo a vigilância patrimonial de escolas e prédio públicos, garantindo assim, os postos de trabalho desses profissionais que não engrossarão a fila dos desempregados. O agradecimento da categoria foi ao vereador Jair Montes (PTC) elo principal para garantir essa importante conquista. Jair foi autor da lei que proíbe substituição de vigilantes por câmeras de vídeo monitoramento selando assim, qualquer possibilidade de demissão dos profissionais como aconteceu com as escolas do Estado, quando o governador do Estado demitiu todos os vigilantes e os substituiu por câmaras. “Eu agir rápido criando a lei nº965/2017, e conseguindo junto aos vereadores da nossa Câmara que

ele fosse aprovado em duas votações. Depois o projeto foi sancionado pelo executivo. Não permitirei substituir o homem pelas máquinas. Ora, se o município quer economizar que tire de outros setores, mas jamais da segurança”, declarou Jair.

Jair garante que não medirá esforços para ajudar a categoria na busca pela garantia de seus direitos. “Estou muito feliz e agradecido em especial ao prefeito Hildon Chaves que se sensibilizou com a situação dos vigilantes e teve bom senso com a tomada de decisão correta; ao secretário municipal de educação Cesar Licório, e ao presidente do sindicato dos vigilantes, Paulo Tico. Foram mais de 400 empregos preservados”, lembrou Jair.

Para Jair a classe dos vigilantes é uma das mais ameaçadas pelos avanços tecnológicos que o mundo experimenta numa imensa velocidade. “A meu ver a tecnologia tem que ser uma ferramenta a mais para os trabalhadores e não para a retirada de seus postos de trabalho. O Ser humano é mais importante que tudo. Esses valorosos profissionais arriscam suas vidas todos os dias pela segurança de outros e merecem respeito. Parabéns a todos os vigilantes e ressalto que podem contar comigo por que a luta continua”, finalizou Jair.

Fonte: Rondônia ao Vivo

PORTO ALEGRE: JUIZ DETERMINA QUE SELTEC MANTENHA VIGILANTE NA MESMA JORNADA



Mais uma vitória importante do Departamento Jurídico do Sindvigilantes do Sul. O juiz Edson Pecis Lerrer, da 22ª Vara do Trabalho, concedeu liminar com antecipação de tutela obrigando a Seltec Vigilância Especializada a manter um vigilante na jornada 12 x 36 noturna, que ele já vinha cumprindo há vários anos.

Desde que foi contratado, em 1993, este vigilante trabalhava no turno das 19h às 07h. Mas, sem nenhuma combinação prévia, unilateralmente, a Seltec decidiu alterar o horário do trabalhador para o turno diário, “com o intuito de lhe causar prejuízo, diz o despacho do juiz”, diz o documento.

Mas, através da assessoria jurídica do sindicato, o vigilante ingressou com uma ação judicial, com pedido de antecipação de tutela,

para exigir da empresa a manutenção da jornada noturna.

O juiz considerou que o risco de prejuízo ao vigilante com a mudança “decorre da própria natureza do pleito, pois a partir do momento em que o trabalhador tiver alterado seu turno de trabalho, necessitará reorganizar de imediato seus compromissos particulares, com evidente prejuízo aqueles já assumidos”.

Por fim, o juiz deferiu o pedido de antecipação de tutela, que é uma decisão preliminar, provisória, até a conclusão do processo, a fim de prevenir danos irreparáveis ao autor do processo.

“Defiro o pedido de tutela de urgência, para determinar à reclamada a manutenção do turno de trabalho do reclamante em escalas de 12 x 36 horas, das 19h às 07h”, decidiu o juiz.

Assim, sob pena de multa em caso de descumprimento, a empresa recebeu o prazo de dez dias para comprovar que o vigilante foi mantido na sua antiga escala. Orientamos os vigilantes em situação semelhante a procurarem o sindicato para serem tomadas as providências legais, como neste caso.

Fonte: Sindvigilantes do Sul

Banco não é responsável por latrocínio cometido fora da agência, decide juiz

O banco não é responsável por um latrocínio cometido contra um cliente fora de suas dependências. Com esse entendimento, o juiz Paulo Roberto Correa, da 8ª Vara Cível do Rio de Janeiro, negou pedido de herdeiros contra o Bradesco.

Em agosto de 2014, uma sócia de um restaurante foi ao banco e sacou R\$ 12 mil. Ao sair da agência, foi abordada por um assaltante e foi assassinada durante o assalto.

Os herdeiros da empresária, filhas e marido, foram à Justiça pedir indenização e pagamento de pensão pelo banco. Alegavam que a vítima estava reclamando, por telefone, do atendimento do banco, o que teria chamado para ela a atenção do assaltante que passou a acompanhar seus movimentos.

Já o banco afirma que cumpre as normas de segurança bancária, que o crime ocorreu em via pública, fora de suas dependências, sendo

do Estado, nesse caso, o dever de coibir a ação dos criminosos.

O juiz Correa afirma que não há como responsabilizar o banco, que, prestando os serviços para o qual foi contratado, entregou à vítima a quantia em dinheiro que a tornou alvo dos bandidos.

“O risco inerente à atividade exercida pela instituição financeira não a torna automaticamente responsável pelo delito de roubo sofrido por seus consumidores, fora das suas dependências”, disse o juiz.

Processo 0298288-69.2015.8.19.0001

Fonte: Consultor Jurídico

Segurados do INSS têm até 13 de agosto para agendar perícia médica

Em nova fase do pente-fino, INSS convocou mais de 178 mil beneficiários de auxílios-doença e aposentados por invalidez para passar por perícia



Mais de 420 mil benefícios já foram cortados
Antonio Cruz/Arquivo/Agência Brasil

Mais de 178 mil pessoas foram convocadas pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) na última sexta-feira (20) para passar pelo pente-fino do governo federal nas aposentadorias por invalidez e nos auxílios-doença. O segurado tem até o dia 13 de agosto para fazer o agendamento da perícia médica pelo telefone 135.

A lista com os nomes das 178 mil pessoas que precisam passar pelo pente-fino foi publicada no Diário Oficial da União.

Desde agosto de 2016, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade está avaliando

todas as aposentadorias por invalidez e auxílios-doença de quem não passa por perícia médica há pelo menos dois anos.

Até agora, 404 mil auxílios-doença foram avaliados, com 315 mil benefícios cancelados (78% do total). Também foram revisadas 359 mil aposentadorias por invalidez, com 108 mil cancelamentos (30%). Com mais de 420 mil benefícios cortados em quase dois anos, os casos estão sendo discutidos agora na Justiça.

No dia da perícia, o beneficiário deve apresentar documentação médica disponível, como atestados, laudos, receitas e exames. Quem não agendar a perícia até 13 de agosto terá o benefício cancelado. Do total de convocados, 168.523 são de aposentados por invalidez e 10.412 são beneficiários do auxílio-doença.

Segundo a publicação oficial, a convocação foi feita porque o INSS não conseguiu encontrar alguns dos beneficiários no endereço informado no cadastro do Sistema Único de Benefícios (SUB), ou porque, no próprio cadastro, não havia informações suficientes para o envio da correspondência.

Fonte: R7

Com reforma trabalhista de Temer, Brasil perde 661 empregos com carteira assinada em junho

O governo ilegítimo e golpista de Michel Temer (MDB-SP), para aprovar apressadamente a reforma trabalhista, vendeu o discurso de que a proposta acabaria com o desemprego, abriria um milhão de novos postos de trabalho e faria a economia voltar a crescer.

Dois anos após o golpe de Estado que tirou do governo Dilma Rousseff, uma presidenta

legitimamente eleita, nem mesmo a formalização do bico e das condições precárias de trabalho estão ajudando na geração de novas vagas no mercado de trabalho.

O Brasil encerrou o mês de junho com o fechamento de 661 postos de trabalho com carteira assinada, de acordo com o saldo entre contratações e demissões do Cadastro Geral

de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado nesta sexta-feira (20) pelo Ministério do Trabalho. É a primeira vez no ano que o saldo é negativo.

O último resultado negativo foi registrado em dezembro de 2017, quando, logo após a aprovação da nova legislação, o Brasil perdeu 340.087 empregos com carteira assinada.

Em abril, o País havia criado 121.146 empregos, mas em maio o número já havia caído expressivamente para apenas 33.659 postos de trabalho.

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, está cada vez mais claro que a reforma trabalhista, ao contrário do que foi vendido pelos golpistas, foi aprovada para acabar com os direitos da classe trabalhadora.

Segundo ele, além do fim da CLT e da legalização do bico e de formas fraudulentas de contrato de trabalho, a condução da política econômica é um desastre e tem agravado o cenário de desemprego e falta de expectativa da população brasileira. “O que gera emprego é crescimento econômico com distribuição de renda”, afirma Vagner.

“A recessão está destruindo as contas públicas e as famílias brasileiras estão sentindo

isso no orçamento. O Brasil com Temer é o retrato da falta de esperança e do aumento desalento”, completa o presidente da CUT, se referindo ao aumento de 194,9% no número de pessoas que desistiram de procurar emprego no primeiro trimestre de 2018 em comparação com o mesmo período de 2014.

Dados do IBGE mostram que o Brasil tem hoje 4,6 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que sequer têm forças para procurar uma vaga no mercado de trabalho, depois de meses e meses de tentativas frustradas. Além disso, são cerca de 27,7 milhões de trabalhadores subutilizados no País, que inclui os 13,7 milhões de desempregados, as pessoas que gostariam e precisam trabalhar e aqueles que desistiram de procurar emprego.

Pibinho de Temer

A condução da política econômica de Temer, criticada pelo presidente da CUT, fez com que as projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) fosse revisadas para baixo novamente. Além da queda de quase -7% do PIB entre 2015 e 2016 e do crescimento pífilo de 1% em 2017, o próprio governo reduziu de 2,97% para 1,6% a previsão de crescimento da economia brasileira em 2018.

Fonte: CUT Nacional



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF